



Ministério do Trabalho  
DRT/PB - DPT/SIT  
Registro N. 098/2004  
Livro N.º 534/57  
Fls. 534/57  
Em 01/05/2004  
Ass. [Assinatura]  
Fiscal do Trabalho de 1ª SR7  
Mora. 0000004 CLT 01604-3

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, QUE CELEBRAM, DE UM LADO O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA - SINTEG/PB, E DO OUTRO, O SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA - SEAC/PB.**

Celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, de um lado, o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Prestadoras de Serviços Gerais da Paraíba - **SINTEG/PB**, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Severino do Ramo Machado da Silva, e do outro, o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado da Paraíba - **SEAC/PB**, neste ato representado pelo seu Presidente, Walter Marques Cartaxo, mediante autorização concedida por deliberação das respectivas Assembléias Gerais, realizadas na forma estabelecida no art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, fundada no art. 611, da CLT e demais legislação pertinentes, tem por finalidade a concessão de aumento de salários e a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das respectivas representações especificamente as relações individuais de trabalho mantidas entre as empresas e seus empregados definidos nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
- DA ABRANGÊNCIA -**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplica-se a todos os trabalhadores nas empresas de asseio e conservação, limpeza urbana, limpeza de vias públicas, parques e jardins, varrição, coleta, remoção e incineração de lixo, desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres, locação de mão de obra, treinamento, seleção de mão-de-obra, prestadoras de serviços gerais, trabalho temporário, cujo local da execução dos serviços esteja situado na base territorial que compreende o Estado da Paraíba.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
- DA VIGÊNCIA -**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, com início em 1º de maio de 2004 e término em 30 de abril de 2005.

Base Territorial Estado da Paraíba



[Assinatura]

1/15

[Assinatura]



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FARDAMENTO -

Os empregadores fornecerão aos seus empregados, anualmente, quando exigido pelo tomador do serviço: 02 (duas) camisas, 02 (duas) calças e 01 (um) par de sapatos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em caso de extravio do fardamento por dolo ou culpa do empregado, este arcará com as despesas de custo do novo fardamento, mediante desconto em folha de pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O extravio do fardamento por dolo ou culpa do empregado, de forma reiterada, implicará em dispensa com justa causa do empregado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Obrigam-se os empregados a devolver o fardamento na oportunidade do término do contrato de trabalho, facultando-se ao empregador, na hipótese da não devolução, proceder ao desconto do valor correspondente ao custo do fardamento.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS CONVÊNIOS -

O **SINTEG/PB** manterá convênios com farmácias, supermercados e outros, os quais terão como finalidade à aquisição de produtos, pelos integrantes da categoria profissional, mediante pagamento posterior, quando da oportunidade do recebimento de salário, desde que inexistente qualquer acréscimo nos preços dos produtos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O **SINTEG/PB** remeterá aos empregadores, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, a relação dos empregados beneficiários dos convênios e valores, devendo os empregadores repassar ao **SINTEG/PB**, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês do desconto, o total dos descontos efetuados. As empresas que não cumprirem o prazo acima estipulado repassarão os valores descontados acrescidos da devida atualização monetária.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese de término do contrato de trabalho ficará o **SINTEG/PB** obrigado a fornecer os valores a serem descontados no termo de rescisão de contrato de trabalho, no prazo de 24 horas após solicitação do empregador, sob pena de ser responsabilizado pelo adimplemento de valores não descontados dos empregados.

Pa 15



2/15

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Base Territorial Estado da Paraíba

Rua Duque de Caxias, 131 - 1º andar - Centro - CEP: 58010-160 - João Pessoa - Paraíba  
Fone: (83) 241.2130 - Fax: (83) 221.3628 - CNPJ: 24.508.210/0001-53



**CLÁUSULA QUINTA  
- DO DESVIO DE FUNÇÃO -**

Os empregadores não poderão designar o empregado para exercer função diferente da qual foi contratado, salvo expresso consentimento do empregado e com a anuência do SINTEG/PB.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O empregado, obrigatoriamente, cientificará o empregador por escrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a ocorrência de desvio de função, sob pena de isentar o empregador de qualquer responsabilidade decorrente da alteração do contrato de trabalho, seja de natureza civil, trabalhista, previdenciária e outras.

**CLÁUSULA SEXTA  
DA JORNADA DE TRABALHO -**

A quantidade de horas para os trabalhadores regidos por esta convenção coletiva de trabalho será de 192 (cento e noventa e duas) horas mensais efetivamente trabalhadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica ajustado, consoante o permissivo preconizado no art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, que os empregadores poderão adotar, além da jornada normal de 8 (oito) horas diárias, as seguintes escalas de serviço: 12 x 36 horas, 6 x 1, 5 x 1, 5 x 2, 4 x 2, ou quaisquer outras escalas de serviço, desde que respeitada a jornada máxima de 12 (doze) horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na escala de serviço em que houver a compensação de jornada no regime de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso) já se encontra quitada a remuneração do intervalo intrajornada para repouso e alimentação, ficando convencionado que somente serão remuneradas como horas extras àquelas efetivamente trabalhadas que excederem a 192 horas mensais, facultando-se ao empregador, em virtude da peculiaridade dos serviços a serem executados, a concessão de intervalo intrajornada para repouso e alimentação ao empregado, desde que por período de tempo não inferior a 15 minutos por jornada de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de peculiaridade de serviços a serem executados, e/ou atendendo às conveniências do tomador do serviço, os empregadores poderão conceder intervalos para repouso ou alimentação superiores a 02 (duas) horas, satisfazendo a presente disposição a exigência contida no art. 71 da CLT.

**CLÁUSULA SÉTIMA  
- DAS HORAS EXTRAS -**

As horas extras laboradas por cada empregado serão calculadas pelo empregador, mensalmente, mediante apuração do total de horas efetivamente





## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

trabalhadas pelo empregado durante o período de um (um) mês, deduzindo-se o total de 192 (cento e noventa e duas) horas mensais efetivas correspondentes à quantidade de horas mensais de trabalho fixada na cláusula Quinta desta Convenção Coletiva de Trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As horas extras serão pagas pelos empregadores com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A apuração do total de horas efetivamente trabalhadas pelo empregado que laborar em jornada de 12 (doze) horas diárias, mediante escala de serviço do tipo 12 x 36 no período noturno, será efetuada mediante o cômputo da hora noturna de 60 minutos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os empregados que laborarem em jornada de 12 (doze) horas diárias, mediante escala de serviço em dias alternados, bem assim aqueles que laborarem em jornada de 7h20, mediante escala de serviço do tipo 5 x 1, não terão direito ao benefício do pagamento de domingos e feriados em dobro, por possuírem direito a repouso mais prolongado.

### CLÁUSULA OITAVA DO BANCO DE HORAS –

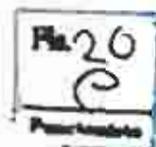
Com o fito de permitir a operacionalização do preconizado no parágrafo segundo do art. 59 da CLT, alteração introduzida pelo art. 6º da LEI nº 9.601, de 21 de Janeiro de 1998, publicada no D.ºU. de 22.1.98, os empregadores instituirão "BANCO DE HORAS" para todos os seus empregados.

### CLÁUSULA NONA - DA COMPENSAÇÃO DO BANCO DE HORAS –

O acréscimo salarial decorrente do labor em sobre jornada será dispensado pelos empregados que obtiverem subsequente diminuição correspondente em sua escala normal de trabalho, desde que a compensação seja procedida no período máximo de um (um) ano, contado a partir da realização da jornada extraordinária, e que o excesso de horário seja inferior a 192 (cento e noventa e duas) horas, quantidade de horas mensais fixadas pela convenção coletiva.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese de ruptura do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o empregado jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese de ruptura do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária e em que os empregados forem submetidos a aviso prévio trabalhado, este período poderá ser utilizado para realização da compensação.



4/15

Base Territorial Estado da Paraíba

Rua Duque de Caxias, 131 - 1º andar - Centro - CEP: 58010-160 - João Pessoa - Paraíba  
Fone: (83) 241.2130 - Fax: (83) 221.3628 - CNPJ: 24.508.210/0001-53



**CLÁUSULA DÉCIMA  
- DOS DOMINGOS -**

Os empregados que trabalharem em regime de escala de trabalho do tipo 6 x 1, 5 x 1, 5 x 2, 4 x 2, obrigatoriamente, gozarão, no mínimo, (1) um descanso semanal coincidente com o dia de Domingo, a cada período de 07 (sete) semanas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA  
- DA GARANTIA PROVISÓRIA DO EMPREGO DA GESTANTE -**

À empregada gestante, excetuando-se aquelas cujo contrato de trabalho seja por tempo determinado e aquelas que se encontrem no curso do período de aviso prévio, fica assegurada a garantia no emprego no período compreendido desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto, salvo quando a demissão se der pelos motivos elencados no art. 482 da CLT ou por iniciativa da empregada, mediante pedido de dispensa devidamente homologado pelo **SINTEG/PB**.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA  
- DA GARANTIA PROVISÓRIA DO EMPREGO DO ACIDENTADO -**

Ao empregado vitimado por acidente de trabalho será assegurada garantia de emprego pelo prazo de 12 (doze) meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA  
- DA RESCISÃO CONTRATUAL -**

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados com mais de 12 (doze) meses de serviços na mesma empresa, será homologada pelo **SINTEG/PB** na sua sede, na empresa ou no setor do trabalho do empregado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No ato da homologação serão exigidos do empregador a apresentação dos seguintes documentos: termo de rescisão de contrato de trabalho, extrato analítico do FGTS de todo o período do contrato de trabalho, CTPS, CD do seguro desemprego, guia de recolhimento da multa sobre o FGTS, guia de recolhimento da contribuição sindical patronal dos últimos dois anos, guia de recolhimento da contribuição sindical obreira dos últimos dois anos e Atestado de Saúde Ocupacional Demissional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os empregadores poderão efetuar, até 72 horas após o término do contrato de trabalho, o pagamento das verbas devidas em virtude da rescisão de contrato de trabalho aos empregados cujos domicílios situem-se fora da cidade de João Pessoa/PB, ficando dispensados o pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT.



5/15

Base Territorial Estado da Paraíba



## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os empregadores poderão efetuar o pagamento das verbas rescisórias mediante cheque, empresas com sede fora do Estado da Paraíba obrigatoriamente serão em espécie.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os empregadores demandados perante a Comissão de Conciliação Prévia ficarão dispensados do pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT na hipótese da demanda envolver controvérsia acerca das verbas devidas em virtude da rescisão de contrato de trabalho, devendo o SINTEG/PB fornecer ao empregador comprovante de comparecimento à entidade sindical obreira com a finalidade de homologação da rescisão do contrato de trabalho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** **- DA MULTA DO ART. 9º DA LEI nº 7.238/84 e Lei nº 6.708/79 -**

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial ou data-base, de que trata o art. 9º da Lei Nº 7.238/84 e Lei nº 6.708/79, não terão direito a indenização adicional equivalente a um salário mensal, na hipótese de a ruptura do vínculo empregatício ter havido em decorrência do término do contrato entre o tomador dos serviços e o empregador, em virtude da tipicidade da atividade de terceirização de serviços em que a iniciativa do término do contrato de trabalho não decore da vontade do empregador, bem assim em consequência do aspecto de reconhecimento das entidades sindicais convenientes quanto ao fato da inoportunidade de reajustamentos salariais em proporções que prejudiquem os empregados, desde que devidamente comprovado perante o **SINTEG/PB**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O tempo do aviso prévio, quando indenizado não repercutirá para os efeitos da multa adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708/79 e Lei nº 7.238/84.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** **- DA LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS -**

As empresas liberarão sem prejuízos do recebimento de salário os dirigentes sindicais para participarem de cursos, reuniões do sindicato, congressos, até 15 (quinze) dias ao ano, intercalados de no mínimo 01 (um) e no máximo 03 (três) dias, limitando-se a liberação a 01 (um) dirigente sindical por empregador para cada evento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA** **- DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA -**

Fica vedada a utilização do contrato de experiência para os empregados que forem readmitidos na empresa em prazo inferior a 90 (noventa) dias.



Base Territorial Estado da Paraíba

Rua Duque de Caxias, 131 - 1º andar - Centro - CEP: 58010-160 - João Pessoa - Paraíba  
Fone: (83) 241.2130 - Fax: (83) 221.3628 - CNPJ: 24.508.210/0001-53



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA  
- DO PAGAMENTO DE SALÁRIO -**

Os salários dos empregados serão pagos em espécie, durante o expediente de trabalho ou mediante crédito em conta corrente dos empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os empregadores fornecerão aos seus empregados comprovante de pagamento, contendo discriminação de todas as importâncias pagas e, respectivos descontos, bem como o valor dos depósitos do FGTS.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA  
- DA MENSALIDADE SINDICAL -**

Com fundamento no art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária do **SINTEG/PB**, os empregadores descontarão mensalmente, a partir do mês de maio/2004, de todos os empregados associados à entidade sindical profissional, a importância equivalente a 2% (dois por cento) do seu salário, cujo montante deverá ser recolhido ao **SINTEG/PB** até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No mês em que ocorrer o desconto da contribuição assistencial obreira fica automaticamente suspenso o desconto da mensalidade sindical.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O não repasse da mensalidade no prazo previsto, implicará na aplicação de multa prevista no art. 600 da CLT, além da devida correção monetária.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA  
- DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL OBREIRA -**

A título de Contribuição Assistencial, os empregadores se obrigam a descontar de todos os seus empregados o valor equivalente a 5% (cinco por cento) do salário bruto, apenas no mês de maio de 2004, valor esse que será repassado ao **SINTEG/PB** até o 10º (décimo) dia útil do mês de junho/2004.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os empregados associados ao **SINTEG/PB** sofrerão o desconto no valor equivalente a 3% (três) por cento do salário bruto a título de contribuição assistencial obreira.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O desconto assistencial sindical subordinar-se-á a não oposição do trabalhador, manifestada perante o **SINTEG/PB** até 10 (dez) dias após a vigência da presente convenção coletiva de trabalho.

7  
7/15

Base Territorial Estado da Paraíba

Rua Duque de Caxias, 131 - 1º andar - Centro - CEP: 58010-160 - João Pessoa - Paraíba  
Fone: (83) 241.2130 - Fax: (83) 221.3628 - CNPJ: 24.508.210/0001-53



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

**CLÁUSULA VIGÉSIMA  
- DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL -**

A título de Contribuição Assistencial, os empregadores obrigam-se a pagar ao **SEAC/PB**, até o 10º (décimo) dia útil do mês de julho/2004, o valor equivalente ao total do repasse efetuado ao **SINTEG/PB** no mês de junho de 2004, sob pena de ajuizamento da competente ação de execução além de outras providências que se fizerem necessárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os empregadores associados ao **SEAC/PB**, que se encontrarem quite com as obrigações para com o sindicato patronal, pagarão o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do repasse efetuado ao **SINTEG/PB** no mês de junho de 2004, sob pena de ajuizamento da competente ação de execução, além de outras providências que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA  
- DO ATESTADO MÉDICO -**

As empresas obrigam-se a aceitarem os atestados médicos justificativos da ausência ao serviço emitido fornecido pelo Sistema Único de Saúde ou estabelecimento conveniado, devendo constar no atestado o código de Classificação internacional de Doenças - CID respectivo, CRM e assinatura, sobre carimbo, do médico, o período de afastamento, bem como a data do afastamento do trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O empregado deverá apresentar o atestado médico no prazo máximo de 48 horas após a ausência ao trabalho, sob pena de desobrigar o empregador a aceitá-lo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando o empregador dispuser de serviço médico próprio ou credenciado, deste será a prioridade para emissão dos atestados médicos justificativos de ausência ao serviço.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA  
- DA MULTA -**

Em caso de descumprimento das obrigações de fazer, fica estabelecida a multa no importe equivalente a 5,00% (cinco por cento) do menor piso salarial normativo da categoria profissional, a ser paga em favor do empregado prejudicado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA  
- DO SALÁRIO NORMATIVO DAS CATEGORIAS -**

Nenhum trabalhador abrangido pelo presente instrumento normativo, submetido, não poderá receber a partir de 1º de maio de 2004, salário mensal inferior aos adiante indicados:



Base Territorial Estado da Paraíba

Rua Duque de Caxias, 131 - 1º andar - Centro - CEP: 58010-160 - João Pessoa - Paraíba  
Fone: (83) 241.2130 - Fax: (83) 221.3628 - CNPJ: 24.508.210/0001-53



## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

**GRUPO I** - para empacotador, embalador, lavador de carro: **R\$ 260,00** (duzentos e sessenta reais);

**GRUPO II** - para auxiliar de serviços gerais, servente de limpeza, auxiliar de cozinheiro, auxiliar de controle de veículo, auxiliar de carregamento e descarregamento, auxiliar de transbordo, office boy, operador de estacionamento, auxiliar de carpintaria, auxiliar de cenografia, auxiliar de dobrador, auxiliar de marcenaria, auxiliar de microfilmagem, auxiliar de topografia, entregador, auxiliar de encanador, auxiliar operacional, dedetizador, lavadeiro, maqueiro, passador, vestuarista: **R\$ 265,00** (duzentos e sessenta e cinco reais);

**GRUPO III** - para copeiro, contínuo, porteiro, operador de fotocopiadora, operador de guarda-volumes, ascensorista, auxiliar de jardinagem, cozinheiro, caldeireiro, atendente ambulatorial, auxiliar de laboratório, auxiliar de lactário, auxiliar de nutricionista, auxiliar de enfermagem, auxiliar administrativo, operador de monitoramento, despenseiro e bilheteiro: **R\$ 271,00** (duzentos e setenta e um reais);

**GRUPO IV** - para telefonista, recepcionista, carpinteiro, operador de telex e micro filmagem, operador de documentos, jardineiro, eletricitista, bombeiro hidráulico, auxiliar de escritório, assistente de administração, promotor de vendas, operador conferente, almoxarife, ferreiro, artífice, arquivista, auxiliar de processamento de dados, garçom e moto boy: **R\$ 287,00** (duzentos e oitenta e sete reais);

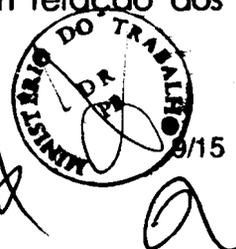
**GRUPO V** - para leiturista, entregador de contas, digitador, fiscal, encarregado, supervisor de limpeza, secretária, técnico de contabilidade, técnico de refrigeração, técnico de manutenção, repositor, supervisor de área e manobrista de estacionamento: **R\$ 322,00** (trezentos e vinte e dois reais) e,

**GRUPO VI** - para programador, contador, técnico de nível superior e enfermeira: **R\$ 572,00** (quinhentos e setenta e dois reais).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva cujas categorias não foram mencionadas e que os salários percebidos não ultrapassem o maior salário das categorias acima mencionadas, terão um reajuste no percentual de 8,33%.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os trabalhadores que exercem funções não mencionadas nos GRUPOS I, II, III, IV, V e VI, da presente Convenção Coletiva, e que cujos salários ultrapassem o maior salário normativo da categoria, terão seus salários reajustados no percentual de 3,00% (três por cento) a partir de 1º de maio de 2004.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os empregados contratados para trabalho em regime de tempo parcial, receberão salário proporcional à sua jornada, em relação aos



Base Territorial Estado da Paraíba



empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral, utilizando-se para fins de cálculo o divisor igual a 220 horas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA  
- DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA -**

Ficam mantidas as CCP's Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia prevista do artigo 625-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme a redação dada pela Lei n.º 9.958 de 12/01/2000, composta de representantes Titulares e Suplentes, indicados pelo SINTEG/PB, representante da categoria dos trabalhadores nas empresas de prestação de serviços gerais da Paraíba e o SEAC/PB, representando as empresas de asseio e conservação, limpeza urbana, limpeza de vias públicas, parques e jardins, varrição, coleta, remoção e incineração de lixo, desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres, locação de mão de obra, treinamento, seleção de mão-de-obra, prestadoras de serviços gerais, trabalho temporário, cujo local da execução dos serviços esteja situado na base territorial que compreende o Estado da Paraíba, com o objetivo de tentar a conciliação de conflitos individuais de trabalho envolvendo integrantes das categorias profissional e econômica representadas pelas Entidades de classe supramencionadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Todas as demandas de natureza trabalhista na jurisdição do Estado da Paraíba e das entidades sindicais mencionadas neste artigo, serão submetidas previamente as CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia, conforme determina o artigo 625-D da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia poderão funcionar, também, mediante convênios com entidades sindicais ou entidades intersindiciais de conciliação trabalhistas que atuem na base territorial do Estado da Paraíba, que fornecerão toda a estrutura administrativa e assessoria jurídica as CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia, ficando as entidades sindicais convenientes autorizadas, por seus respectivos presidentes, desde logo, a procederem à celebração dos mencionados convênios.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os representantes dos trabalhadores e empregadores na Comissão deverão ser membros da Diretoria do SINTEG/PB e SEAC/PB, ou pessoal contratado pelas respectivas entidades sindical.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA  
- DA DATA BASE -**

Ajustam as partes para todos os fins de direitos e com fulcro no princípio da livre negociação, que a data base da Categoria Profissional será 1º de maio de cada ano.



10/18

Base Territorial Estado da Paraíba



**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA**  
**- DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO -**

Fica instituído o contrato de trabalho por prazo determinado, de que trata o art. 443 da CLT, independentemente das condições estabelecidas no seu §2º, em qualquer atividade desenvolvida pelos empregadores, para admissões que representem acréscimo no número de empregados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A validade da contratação por prazo determinado, na forma da cláusula acima, fica condicionada à autorização conjunta do **SINTEG/PB** e **SEAC/PB**, específica para cada empregador, devendo fazer parte da documentação de que trata o parágrafo primeiro do art. 7º do Decreto nº 2490/98, sob pena de nulidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese de rescisão antecipada do contrato de trabalho de que trata esta cláusula, à parte que lhe der causa indenizará a outra com o pagamento do valor correspondente a um (um) mês do salário vigente à época da rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O descumprimento de qualquer das disposições referentes a esta cláusula, bem como à Lei nº 9.601/98, importará ao infrator multa de 2% (dois por cento) do piso da categoria por empregado em situação irregular, revertida em favor do **SINTEG/PB**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Fica estipulado em 1,00% (um por cento) do salário base, o depósito vinculado de que trata o art. 4º do Decreto nº 2490/98, com periodicidade de saque trimestral.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os empregadores se obrigam a cumprir todas as disposições de que trata o Decreto nº 2490/98.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA**  
**- VALE-TRANSPORTE -**

Os empregadores fornecerão o vale-transporte aos seus empregados, nos termos da Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em face da dificuldade de operacionalização na aquisição do vale-transporte, provocada principalmente pela necessidade de segurança para se evitar a ocorrência de roubos e assaltos, poderão os empregadores optar pelo reembolso das despesas efetuadas pelos empregados com o vale-transporte, mediante o pagamento respectivo em pecúnia, juntamente com a remuneração mensal do empregado, sendo que, em tal hipótese, não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração para quaisquer efeitos, não constituirá base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tampouco se

Base Territorial Estado da Paraíba







## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

no prazo de 48 horas úteis após a protocolização do pedido, obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:

- (a) guia de recolhimento da contribuição sindical obreira dos últimos dois anos (SINTEG/PB);
- (b) guia de recolhimento da contribuição assistencial obreira dos últimos dois anos (SINTEG/PB) e,
- (c) guia de recolhimento da mensalidade sindical obreira dos últimos 12 meses (SINTEG/PB).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - as empresas que não possuam estabelecimento matriz, filial, escritório, ou contratos de prestação de serviços no Estado da Paraíba, obterão o certificado de regularidade de situação mediante apresentação dos documentos acima elencados pertinentes ao domicílio de sua sede.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O certificado de regularidade de situação será emitido pelo SEAC/PB sem qualquer custo para a empresa solicitante, e será entregue no prazo de 48 horas úteis após a protocolização do pedido, obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:

- (a) guia de recolhimento da contribuição sindical patronal dos últimos dois anos (SEAC/PB);
- (b) guia de recolhimento da contribuição assistencial patronal dos últimos dois anos (SEAC/PB);
- (c) guia de recolhimento da contribuição confederativa patronal dos últimos 2 anos (SEAC/PB);
- (d) guia de recolhimento da mensalidade sindical patronal dos últimos 12 meses (SEAC/PB).

**PARÁGRAFO QUATRO** - Em virtude do princípio da livre associação sindical, as empresas não sindicalizadas que possuam sede, filial ou escritório no Estado da Paraíba, ou que mantenham contrato de prestação de serviços no Estado da Paraíba, obterão o certificado de regularidade de situação mediante a apresentação dos documentos elencados nas alíneas "a", "b" e "c", ficando desobrigadas da apresentação dos documentos constantes na alínea "d".

**PARÁGRAFO QUINTO** - As empresas que possuam sede ou filial fora do Estado da Paraíba, e que não mantenham contrato de prestação de serviços no Estado da Paraíba, obterão o certificado de regularidade de situação mediante a apresentação dos documentos elencados nas alíneas "a", "b" e "c", correspondentes ao domicílio de sua sede, ficando desobrigadas da apresentação dos documentos constantes na alínea "d".

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA - DIA DO TRABALHADOR -

O dia 28 de outubro é consagrado data comemorativa do "Dia Estadual do Trabalhador em Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Gerais".



Base Territorial Estado da Paraíba



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA  
- CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL-**

As empresas de Asseio e Conservação, e outros serviços terceirizáveis do Estado da Paraíba deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis à matéria, cujo valor, determinado em assembléia da FEBRAC - Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação, vinculado ao número de empregados existentes na empresa em junho de 2004, atestado pela CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, será:

- Empresa com até 500 (quinhentos) empregados: R\$ 130,00 (cento e trinta reais);
- Empresa com mais de 500 (quinhentos) empregados: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO: esse valor poderá ser pago em 2 (duas) parcelas de igual valor com vencimento nos dias 05/08/2004 e 05/09/2004.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA  
- CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA OBRERA-**

As empresas obrigatoriamente descontarão de todos os seus empregados no mês de JANEIRO/2005, a título de Contribuição Confederativa Obreira, de acordo com o Estatuto da entidade sindical profissional, art. 35, inciso II, o percentual a ser decidido em assembléia a ser realizada no mês de DEZEMBRO/2004, devendo o valor correspondente ser repassado à entidade sindical profissional até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do desconto.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA  
- FORO COMPETENTE -**

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, desde que estejam esgotadas as possibilidades de conciliação na forma estabelecida na cláusula desta convenção coletiva de trabalho.

E, por estarem assim acordado assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, devendo ser depositado na DRT/PB -

Base Territorial Estado da Paraíba

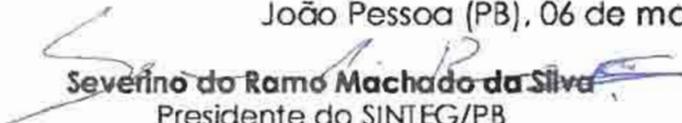




## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA

Delegacia Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, conforme legislação em vigor.

João Pessoa (PB), 06 de maio de 2004.

  
**Severino do Ramo Machado da Silva**  
Presidente do SINTEG/PB

  
**Walter Marques Carriço**  
Presidente do SEAC/PB



15/15

Base Territorial Estado da Paraíba

Rua Duque de Caxias, 131 - 1º andar - Centro - CEP: 58010-160 - João Pessoa - Paraíba  
Fone: (83) 241.2130 - Fax: (83) 221.3628 - CNPJ: 24.508.210/0001-53